Universidade de São Paulo
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFLCH
Departamento de Sociologia
Laboratório Didático - USP ensina Sociologia

O Patrimonialismo Weberiano e a Arquitetura Moderna Brasileira

Autora: Yasodhara P. L. e Soares

1º Semestre/2016

Introdução

Em 1945, inaugurou-se, na cidade do Rio de Janeiro, o edifício destinado a abrigar o já existente Ministério da Educação e Saúde (MES), hoje Palácio Capanema – nome dado em referência ao ministro à época de sua construção, Gustavo Capanema (1900 – 1985). O edifício ministerial não somente dispõe do nome de Capanema, mas, também de seus esforços: foi, ele, agente decisivo para a existência do edifício, principalmente no que se refere à concepção arquitetônica nele presente.

LONDRES (2001) observa[1] que tudo começou com "uma ação de despejo"[2]. No discurso de posse do ministério, Capanema não indicava ser o campo da cultura uma das preocupações de sua gestão. Porém, mesmo reconhecidos os avanços realizados por ele no campo da saúde, foi por sua atuação no campo da educação e, também, pelos esforços empreendidos no campo da cultura que o ministro tornou-se reconhecível e memorável.

Devido a obrigação de deixar o edifício no qual se instalava o MES – empréstimo da Assembleia Legislativa[3] –, foi articulada, junto ao governo federal, a construção de um edifício próprio para o ministério de Capanema, para o qual seria realizado concurso público de anteprojetos – concurso que veio a ocorrer em 1935, meses após o ministério receber a ordem de deixar o local no qual se encontrava instalado.

[1] Nos valemos de documentação disponível no *Arquivo Gustavo Capanema*, hoje pertencente ao
[2] pp. 89.
[3] pp. 51.

É, justamente, sobre este concurso que reside nossa atenção. O país, desde a *Revolução de 1930*, modernizava-se, principalmente no que se refere a esfera da administração pública, mas, também, em outros campos como, por exemplo, no campo econômico. Ao analisar o concurso, verificamos uma agência, por parte do ministro, dissociada dos princípios gerais da organização de tipo burocrática. Não encontramos descompromisso com o cargo que lhe foi cedido: há, entretanto, um uso do mesmo, por parte de Capanema, de tipo "personalístico". Isso equivale dizer que teria o ministro, por vezes, suplantado regras da administração para efetivar interesses pessoais.

Havia um envolvimento do ministro com as vanguardas modernistas, evidente tanto por meio das correspondências de Capanema, que hoje são de acesso público, quanto pela ocorrência de artistas e intelectuais de vanguarda assumindo cargos à partir de sua indicação ou nomeação[4]. O caso aqui estudado, que analisará a sua relação com o campo da arquitetura, merece destaque e caracterização adequada, pois reabre a discussão sobre a relação do modernismo com o Estado Brasileiro – e quais as propriedades desse Estado Moderno, aqui existente, ao qual nos referimos, ao tratarmos do período que se sucedeu à *Revolução de 30*.

Por meio de conceitos presentes na obra de Max Weber (1864 – 1920) – quando no exercício de elaborar uma teoria acerca da dominação – tentaremos caracterizar a participação de Gustavo Capanema na construção do edifício do Ministério da Educação e Saúde – edifício que se tornou o primeiro grande símbolo, internacionalmente reconhecido, de uma arquitetura "moderna e nacional".

Os três tipos de dominação

Max Weber trabalha com o que ele denomina "tipos ideais" ou "puros". Não existe, portanto, uma necessária correspondência entre a "realidade sociológica" e a "social"[5], sendo que a última normalmente se apresenta como uma mistura destes tipo abstratos. A dominação, para o autor, é uma relação que se configura não somente pela do exercício da vontade de um

[4] Entre outros, os escritores Carlos Drummond de Andrade e Mário de Andrade.
[5] KUPER, 1993.

(ou um grupo) sobre os demais, mas que pressupõe que aqueles que se encontrem sob domínio aceitem e legitimem o exercício dessa vontade – o que denota um tipo de *poder*.

Segundo Weber, seriam três os tipos de dominação presentes nas sociedades: a *legal*, a *tradicional* e a *carismática*, podendo se constituir variações internas em um mesmo tipo. Relações de dominação de tipo tradicional são aquelas mais encontradas, historicamente. A de tipo legal aparece com o surgimento do Estado Moderno. Ambas opõem-se à de tipo carismática, que seria, em princípio, extra cotidiana, em contraposição às demais.

Para este estudo interessa-nos, principalmente, o contraponto entre o tipo legal e o tipo tradicional. No que se refere a esfera jurídica, ou "de direito", do Estado, KUPER (1993, pp. 30) faz a seguinte distinção:

Dominação Moderna Burocracia	Dominação Tradicional Patrimonialismo	 Feudalismo
- Direito objetivos. - Normas gerais sistematizadas e abstratas.	- Favoritismo (favoritos do senhor).	- Cosmos de privilégios e obrigações subjetivas.

Nesta tabela são apresentadas as mencionadas "variações internas" que um sistema de dominação – no caso o de tipo tradicional – pode assumir. O grupo que aqui se encontra em destaque é, para a autora, uma consequência histórica da variação anterior: a dominação de tipo "feudalista" levou a um tipo "patrimonialista", que, segundo CAMPANTE (2003),

> "(...) seu arquétipo é a autoridade patriarcal. Por se espelhar no poder atávico, e, ao mesmo tempo, arbitrário e compassivo do patriarca, manifesta-se de modo pessoal e instável, sujeita aos caprichos e à subjetividade do dominador. A comunidade política, expandindo-se a partir da comunidade doméstica, toma desta, por analogia, as formas (...)".

A "ampla esfera de arbitrariedade e, por consequência, de instabilidade"[6] em um domínio de tipo tradicional foi um impedimento geral à sua continuidade nos países que vinham, principalmente, à partir do século XVIII, construindo relações econômicas sob o sistema de tipo capitalista. Ao mesmo tempo, isso estimulou o surgimento de uma racionalidade de tipo legal, com consequente processo de "burocratização" da administração pública.

Ressaltamos, novamente, que estava Weber trabalhando com tipos puros. Ao observarmos as sociedades, percebemos a permanência, em um sistema de dominação de tipo racional-legal, de outros "tipos", como é o caso das monarquias[7], nas quais o dirigente é representante de um domínio de tipo carismático-hereditário.

Capanema e o concurso do MES de 1936

Dada a possibilidade de permanência de um dado "tipo ideal" junto ao surgimento de outro, na vida social, observemos a seguinte passagem:

> "Em carta a Gustavo Capanema, Gilberto Freyre, em 1942, solicita "intercessão de Capanema para o andamento do processo de aposentadoria de seu "velho pai", que se "arrastava" na burocracia governamental."[8]

Este trecho ilustra duas das características fundamentais do MES sob a chefia de Capanema: 1) a relação próxima do ministro com intelectuais; 2) a possibilidade de atuação do ministro sobre as regras e agenda da administração pública, inclusive sobre aquilo que não o concernia diretamente, como era o caso da aposentadoria do pai de Gilberto Freyre (1900 – 1987).

O concurso, que visava selecionar o anteprojeto para o futuro edifício do MES, em 1935[9], do qual o próprio ministro Gustavo Capanema era presidente da banca responsável pela seleção,

[6] KUPER, 1993, pp. 26.
[7] idem, pp. 23.
[8] GOMES, 2000, p. 33.
[9] LYSSOVSKY;SÁ, 2000, pp. 51.

estabelecia critérios para a consideração das propostas. Tais critérios não foram atendidos por algumas das propostas enviadas e, por conseguinte, foram, os arquitetos por elas responsáveis, desclassificados do concurso.

Restaram três propostas, das quais a do arquiteto Archimedes Memória (1893 – 1960) foi a vencedora, por decisão da maioria da banca. O que se seguiu-se à definição do projeto vencedor não foi, no entanto, a contratação do referido arquiteto, como se previa, mas uma articulação realizada por Capanema para a anulação do referido concurso e nomeação de um arquiteto de seu interesse:

> "Capanema desconsiderou o resultado do concurso público para apresentação de projetos de construção do prédio e convocou Lúcio Costa, que imediatamente reuniu junto de si um grupo de arquitetos, todos desclassificados no concurso, para dar andamento ao projeto."[10]

Os projetos desclassificados seguiam orientações de tipo "moderno", afins a uma própria "recém-descoberta" [11] preferência de Capanema, que, como dito anteriormente, vinha estreitando relações com diversos intelectuais, normalmente ligados às vanguardas modernistas, desde que havia assumido o ministério.

Como destaca LYSSOVSKY;SÁ (2000), ao tratar do conteúdo documental disponível no *Arquivo Gustavo Capanema*, "o exame da documentação (...) revela essa autonomia e um modelo "arbitrário de decisão"" – em referência ao ministro.[12] Esta escolha, ocorrida no caso do MES, baseada em um favoritismo e não nas normas, nos indica[13] a persistência das relações de tipo patrimonialistas no recém-formado Estado Moderno brasileiro, de princípio burocrático-legal.

Observamos, ainda, não a total desconsideração das normas internas da administração pública, mas a tentativa de enquadrar, sob o domínio da legalidade e da ordem burocrática,

[10] BONEMY, 2001, pp. 26-27.
[11] Para a qual já tendia, entretanto, devido a sua relações com intelectuais mineiros, em gestão anterior.
[12] LYSSOVSKY;SÁ, 2000, pp. 59.
[13] Como expresso em quadro comparativo anterior.

uma ação motivada por interesses de ordem pessoal. Acerca do processo nº 6870/35 MES, que contém a documentação referente à construção do ministério:

> "a cronologia oficial, extraída da documentação pública, difere daquela que podemos reconstituir a partir da documentação privada (...)."[14]

Busca, Capanema, por meio dessa estratégia, manter-se merecedor "de confiança de todos os pactos do poder público"[15], como representante de uma "administração racional e formal".

Conclusão

As implicações das escolhas políticas de Gustavo Capanema enquanto ministro vem sendo tema de livros e colóquios no país, principalmente nas últimas duas décadas. Interessou-nos, neste trabalho, um exercício anterior ao da análise dos processos: que é o de delimitar ações que constituiriam marcos em tais processos e caracterizá-las segundo determinados princípios.

O ministro Capanema rompeu com a "calculabilidade plena no funcionamento da ordem jurídica e administrativa"[16] que caracteriza um sistema de dominação ideal de tipo legal. Para muitos, a imprevisibilidade de sua ação teve grande valor: posicionamento de fácil compreensão quando atentando-se, somente, a projeção internacional alcançada pelo projeto do MES, que se tornou referencial no campo da arquitetura e também promoveu os nomes os arquitetos envolvidos no projeto – a destacar-se, Lúcio Costa (1902 – 1998) e Oscar Niemeyer (1907 – 2012), além da participação do arquiteto franco-suíço Charles-Édouard Jeanneret-Gris (1887 – 1965), mais conhecido como Le Corbusier – para muito além do momento histórico em questão. Houve, ao mesmo tempo, entretanto, um precedente institucional, nem tão favorável, gerado pelo ministro que, até os dias de hoje caracteriza diversos níveis da administração pública brasileira.

[14] LYSSOVSKY, 2000, pp. 58.
[15] KUPER, 1993, pp. 30.
[16] Idem, idem.

Bibliografia

BONEMY, Helena. "Infidelidades eletivas: intelectuais e política". In: BONEMY, Helena (Org.). **Constelação Capanema:** *intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

CAMPANTE, Rubens Goyatá. **O patrimonialismo em Faoro e Weber e a sociologia brasileira**. Dados. Rio de Janeiro, v.46, n.1, pp. 153 – 193, 2003.

GOMES, Angela de Castro. "O ministro e sua correspondência: projeto político e sociabilidade intelectual". In: GOMES, Angela de Castro (Org.). **Capanema:** *o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

KUPER, Gina Zabludowsky. **Max Weber y la dominación patrimonial en América Latina**, In: Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales, n.124. México: Facultad de Ciencias Políticas y Sociales – UNAM, abril – junio, 1986, pp. 75 – 96.

_____. **Patrimonialismo y modernización**. *Poder e dominación en la sociologia de Oriente de Max Weber*. México: Fondo de Cultura Económica – UNAM, 1993.

LISSOVSKY, Maurício; SÁ, Paulo Sérgio Moraes de. "O novo em construção: o edifício-sede do Ministério da Educação e Saúde e a disputa do espaço arquiteturável nos anos 1930". In: GOMES, Angela de Castro (Org.). **Capanema:** *o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

LONDRES, Cecília. "A Invenção do patrimônio e a memória nacional". In: BONEMY, Helena (Org.). **Constelação Capanema:** *intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

PORTELA JR., A. **Florestan Fernandes e o conceito de patrimonialismo na compreensão do Brasil**. Plural, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.19.2, 2012, pp. 9 – 27.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos; PEREIRA, Margareth Campos da Silva; SILVA, Vasco Caldeira da. **Le Corbusier e o Brasil**. São Paulo, Tessela/Projeto, 1987.

SILVEIRA, D. B. Da. **Patrimonialismo e a formação do Estado Brasileiro:** *uma releitura do pensamento de Sérgio Buarque de Holanda, Raymundo Faoro e Oliveira Vianna.* Conselho Nacional de Pós-Graduação em Direito, v.1, 2006, pp. 203 – 223.

SILVA, Júlia Alexim Nunes da. **Direito à Cultura**: *a política cultural do Estado Novo e as possibilidades da Constituição Federal de 1988.* Monografia apresentada ao Departamento de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) para a obtenção do Título de Bacharel em Direito. Orientadora: Regina Coeli Lisbôa Soares. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2007.

SCHWARTZMAN, Simon. **Tempos de Capanema**. São Paulo: EDUSP e Paz e Terra, 1984.

VIANNA, L. W. **Weber e a interpretação do Brasil**. Novos Estudos, CEBRAP, São Paulo, nº 53, Mar. 1999, pp. 33 – 47.

WEBER, MAX. **Economia e Sociedade**. v.1. Brasília: Editora UnB, 2000.

_____. **Economia e Sociedade**. v.2. Brasília: Editora UnB, 2004.

_____. **Ciência e Política:** *duas vocações.* São Paulo: Cultrix, 2008.